



## Anexo II do Edital

### MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2021

MINUTA DE CONTRATO XXXX/2021 QUE TRATA DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE XXXXXXXXXXXXX QUE CELEBRAM ENTRE O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO NORTE E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX.

O Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte com sede na Av. Romualdo Galvão, 558, Barro Vermelho – Natal/RN – CEP. 59.022-100, inscrito no CNPJ sob nº 08.506.339/0001-76, neste ato representado por seu Presidente **MANOEL EGIDIO DA SILVA JUNIOR**, portador do CPF nº 423.417.284-72 e RG nº 732.292 SSP/RN e por seu Tesoureiro, **JOSÉ ROCHA NETO**, Brasileiro, portador do CPF nº 035.986.364-74, de agora em diante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXXXXX** com sede Rua XXXXXXXXXXX nº XXXXXX, bairro: XXXXXX, XXXXXX, CEP XXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, representada neste ato por seu Representante legal XXXXXXXX, portador do CPF nº XXXXXXXX e RG nº XXXXXXXX, aqui denominada apenas **CONTRATADA**, consoante com o Processo nº XXXX/2021, Pregão eletrônico nº XXXXXX, sujeitando-se as partes às normas da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, IN 052/2017 e suas alterações, subsidiada pela Lei Federal nº 8.666, de 27 de junho de 1993, em sua atual redação, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1 O presente termo de referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro predial e patrimonial contra incêndios, raios, explosões, quebras de vidros, mármore, antenas e espelhos, danos elétricos e responsabilidade civil, para o bem dos cinco imóveis do Conselho Federal de Enfermagem localizados no Estado do Rio Grande do Norte, bem como para os seus conteúdos, compreendendo todos os equipamentos eletroeletrônicos, acervo mobiliário e utensílios, de acordo com as especificações constantes neste termo de referência.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO

##### GRUPO ÚNICO



ITEM	ENDEREÇO DOS IMÓVEIS	ÁREA (M²)	VALOR DO IMÓVEL APROXIMADO	VALOR DO CONTEÚDO APROXIMADO	TOTAL
01	Av. dos Gerânios, no bairro de Mirassol, nº 1805.	998,46m²	R\$ 4.000.000,00 (Quatro milhões)	R\$ 1.000.000,00 (Um milhão)	R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões)
02	Av. Romualdo Galvão, 558, Barro Vermelho, CEP 59.022-100.	310,36	R\$ 540.000,00 (Quinhentos e quarenta mil reais)	R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)	R\$ 1.000.000,00 (Um milhão)
03	Av. Cel Martiniano, 990, sala 102, Centro, Caicó, CEP : 59.300-000.	-	IMÓVEL LOCADO	R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)	R\$ 100.000,00
04	Av. Alberto Maranhão, 1505, SL. 100, Centro, Mossoró, CEP : 59.600-005.	33 m²	R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)	R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)	R\$400.000,00
05	Rua Lafaiete Diógenes, 91, Centro – Pau dos Ferros.		IMÓVEL LOCADO	R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)	R\$ 100.000,00

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E ORDEM DE PREVALÊNCIA:

3.1 Fazem parte integrante deste **CONTRATO**, independentemente de transcrição de suas respectivas redações, e terão plena validade, o **termo de referência** e os seus anexos, caso existam, e a proposta da **CONTRATADA**, nos termos expressamente aceitos pela **CONTRATANTE**.

**Parágrafo único:** Ocorrendo qualquer dúvida de interpretação ou divergência entre este contrato e os demais documentos mencionados acima ou entre estes últimos, prevalecerá este **CONTRATO** e depois os referidos documentos.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO:

4.1. Os prédios 01 e 02 contam com elevador e possui quadro de energia geral, aterramento, sistema de água e esgoto, janelas com esquadrias de metal ou madeira e portas de madeira. Dispõe de extintores e hidrantes

4.2. A cobertura deverá abranger também os bens móveis, que compreendem os equipamentos eletrônicos, mobiliários e utensílios pertencentes ao Conselho e que estão contidos nos imóveis a serem segurados. Os bens e equipamentos eventualmente adquiridos após a celebração do ajuste entre o e o COREN/RN e a Contratada também estão cobertos pela apólice, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

#### 4.3. Estimativa de Custo



4.3.1. O seguro deverá cobrir os riscos derivados de incêndio, explosão de qualquer natureza, mesmo que decorrente de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou tumultos e, ainda, queda de raios e suas consequências, danos elétricos, quebra de vidros, responsabilidade civil, conforme abaixo:

Incêndio, Raio e Explosão	R\$ 8.316.542,31
Danos Elétricos	R\$ 100.000,00
Quebra de Vidros e Mármore	R\$ 83.165,42
Responsabilidade Civil	R\$ 831.654,23

#### 4.4 Franquias

Incêndio, Raio e Explosão	Isento
Danos Elétricos	10%
Quebra de Vidros e Mármore	10%
Responsabilidade Civil	10%

#### 4.5. Condições Específicas

4.5.1. A contratação do seguro segue as normas regulamentadoras expedidas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados;

4.5.2. A contratação será efetivada diretamente com empresa seguradora, não sendo permitida a apresentação de proposta por meio de corretora de seguros, de acordo com a Decisão n. 400/1995 do Tribunal de Contas da União (TCU);

4.5.3. Os imóveis incluem as instalações elétricas, hidráulicas e de combate a incêndio, tubulações, benfeitorias que integram a estrutura, assim como tudo o que compõe a construção (exceto fundações, alicerces e terreno) e seu conteúdo como maquinismo, móveis, utensílios, equipamentos.

#### 4.6. Apólice

4.6.1. A apólice terá vigência de 12 (doze) meses e deverá ser emitida imediatamente após a assinatura do contrato.

4.6.2. A apólice de seguro deverá conter: a) A discriminação dos imóveis cobertos pelo seguro, incluindo os conteúdos, cujos valores constam deste termo de referência; b) O valor do prêmio total; c) A discriminação dos prejuízos indenizáveis e dos direitos do segurado; d) A identificação da seguradora, com o respectivo CNPJ, as datas de início e fim da vigência, e as coberturas contratadas.

4.7. Deverá ser reservado à Contratada o direito de proceder, durante a vigência do contrato, a inspeção regular dos objetos segurados.

4.8. Os bens móveis e imóveis devem estar segurados contra danos materiais causados por incêndios, explosões de qualquer causa e natureza, onde quer que se tenha originado, inclusive suas consequências, além de danos por queda de raios e vendavais diretamente ocorridos nos imóveis do COREN/RN. Devem estar cobertos também, os prejuízos decorrentes de esforços para o combate ao incêndio, minimização de perdas e salvamento de bens segurados e desentulho do local em decorrência de risco coberto.

4.9. Os bens móveis, as instalações elétricas e eletrônicas e o material de acabamento devem estar cobertos contra danos elétricos causados por variações anormais de tensão, curto-circuito, calor gerado acidentalmente por eletricidade, descargas elétricas ou qualquer efeito ou fenômeno da natureza e pela queda de raio.



4.10. O pagamento de indenização referente ao conteúdo dos imóveis segurados, em caso de sinistro, deverá ser realizado com base no inventário dos bens feito pelo COREN/RN.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE APRESENTAÇÃO DE APÓLICE**

5.1 O prazo para o envio de apólice será de 7 ( sete) dias após a assinatura do Contrato, devendo ser encaminhados via e-mail ou no endereço especificados abaixo;

5.2 A entrega: Rua dos Geranios, 1805 – I.lote A , Lagoa nova, podendo ser entregues no horário comercial das 08:00 as 17:00 de segunda-feira a sexta-feira.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO**

6.1 O serviço será verificado pelo fiscal do contrato e em conjunto com a Assessoria de Administração:

a) Provisoriamente, no ato do envio, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações da ordem de compra; e

b) Definitivamente, no prazo máximo de 15 (dias) dias úteis contado do início da execução do serviço pelo fornecedor.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

7.1 A **CONTRATADA** deverá prestar assistência técnica à **CONTRATANTE** durante todo o período de vigência do Contrato.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

8.1 Os recursos necessários para o objeto contratado são provenientes de recursos consignados no orçamento da **CONTRATANTE**. A despesa correrá por conta da seguinte programação: Elemento da despesa: XXXXXXXX, Fonte: Própria

#### **9. CLÁUSULA NONA - DO VALOR DO SERVIÇO:**

9.1 Em decorrência do ajustado neste instrumento o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**:

9.1.1 O valor global de R\$ XXXXXXXX sendo o valor mensal de R\$ R\$ XXXXXXXX pelos serviços descritos na cláusula primeira.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTAMENTO DO VALOR E RENOVAÇÃO**

10.1. Os preços propostos não serão reajustados pelos 12 (doze) meses de vigência desse contrato.

Após tal período, havendo a prorrogação do contrato, os valores serão

reajustados pelo IPCA, ficando dispensada a **CONTRATADA** de qualquer obrigação no sentido de enviar comunicado sobre a alteração e reajuste dos valores.

10.2. Na ausência de manifestação expressa em sentido contrário por uma das partes, através de comunicação formal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término do presente contrato, o mesmo será renovado automaticamente por iguais e sucessivos períodos contemplando-se, inclusive, o reajuste de valor mencionado no parágrafo primeiro dessa Cláusula.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES E DOCUMENTOS SUPORTES PARA PAGAMENTO:**

a) O pagamento correspondente ao material será efetuado de parcela única deverá ser encaminhado nota fiscal subsequente a prestação do serviço mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente



conferida e atestada pela Unidade competente da CONTRATANTE, comprovando a execução do objeto

b) A **CONTRATADA** não se responsabiliza por falhas advindas do pagamento realizado por meio de transferência interbancária e pela câmara de compensação de cheques.

c) Em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE**, decorrentes do fornecimento e serviços, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, fica assegurado a **CONTRATADA**, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação, ou pela rescisão do presente contrato, sem prejuízo de cobrança do saldo devedor.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL**

12.1 O **CONTRATO** poderá ser rescindido, no todo ou em parte, por conveniência administrativa, ou por denúncia pela **CONTRATADA**, a qualquer tempo e com antecedência mínima de 30 (tinta) dias, mediante notificação ou através de Ofício direto ou via postal, com prova de recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos pela **CONTRATADA** (em conformidade com os Arts. 78, 79 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93).

12.2 O inadimplemento, por parte da **CONTRATADA**, de quaisquer das cláusulas e disposições deste **CONTRATO**, implicará na sua rescisão ou na sustação do pagamento, relativo aos fornecimentos já efetuados, a critério da **CONTRATANTE**, independentemente de qualquer procedimento judicial.

12.3 - Em caso de suspensão da execução do **CONTRATO**, por ordem escrita da **CONTRATANTE**, por prazo superior a 90 (noventa) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório pela **CONTRATANTE** de indenização pelas sucessivas suspensões, assim como nos casos de desmobilizações, mobilizações e outras, fica assegurado a **CONTRATADA**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

12.4 Nos casos elencados no parágrafo anterior, desde que não haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido (pagamentos devidos pela execução até a data da rescisão), bem como o recebimento da importância igual a 5% (cinco por cento) da diferença entre o valor contratado e o efetivamente pago.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

13.1 Cumprir todas as obrigações previstas na Lei nº 8.666/93.

13.2 Manter a regularidade jurídica/econômico/financeiro e fiscal, bem como sua qualificação técnica, durante toda a execução do Contrato, bem como cumprir fielmente todas as disposições constantes neste termo de referência.

13.3 Submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE e designar preposto para atender as solicitações do COREN na execução do contrato.

13.4 Atender as convocações da CONTRATANTE cumprindo os prazos estipulados pela Administração em cada convocação, seja na hipótese de assinatura de contratos e aditivos;



13.5 Ter plenas condições de entregar do serviço estabelecido em contrato e/ou Autorização de compra expedida pela CONTRATANTE, atendendo todas as condições previstas neste termo de referência.

13.6 Apresentar os preços do objeto contratual abrangendo todas as despesas, entre as quais destacam-se: impostos, taxas, fretes e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, deduzindo os abatimentos eventualmente concedidos.

13.7 Respeitar as normas internas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do COREN.

13.8 O aceite/aprovação do (s) produto (s) pelo COREN não exclui a responsabilidade cível do CONTRATADO por vícios de quantidade ou qualidade do (s) produto (s) ou disparidades com as especificações estabelecidas verificadas, posteriormente, garantido-se ao COREN as faculdades previstas na Lei nº 8.078/90.

13.9 Informar imediatamente a CONTRATANTE as alterações de dados, como por exemplo, endereços, telefones, nome de representantes, que possam influenciar na comunicação das partes.

13.10 Providenciar a retirada das dependências da contratante de qualquer produto fornecido em desconformidade com a autorização de compra ou documento equivalente e recusado pelo contratante, sem qualquer custo adicional para a contratante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da recusa, sob pena de a omissão ser tida como renúncia tácita à propriedade dos mesmos em benefício da contratante, que a partir daí, poderá dar-lhes destinos que julgar pertinentes.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

14.1 Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA as dependências do COREN, quando devidamente identificados, para entrega dos materiais proporcionando todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

14.2 Atentar para que, durante a vigência de contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação por parte da CONTRATADA, bem como seu fiel cumprimento.

14.3 Prestar esclarecimentos pertinentes ao objeto do contrato que venham a ser formalmente solicitado pela CONTRATADA.

14.4 Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com o prazo e a forma estabelecidos em contrato.

14.5 Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FISCALIZAÇÃO**

15.1. A fiscalização do fornecimento do objeto será exercida por servidor designado pelo Contratante;

15.2. Ao Contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os itens fornecidos em desacordo com o estabelecido;

15.3. A fiscalização exercida pelo Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução dos itens deste Termo de Referência.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS RETENÇÕES DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS NA FONTE**

16.1 – Os pagamentos a serem efetuados em favor da Contratada estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

16.1.1 – Do imposto sobre a renda - IRPJ, da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da





Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012 (Anexo I) e alterações, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;

16.1.2 – Do INSS, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações;

16.1.3 – Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei complementar nº 116, de 31/07/2003 e alterações, c/c a legislação distrital em vigor. Caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte –SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:**

17.1 Aplicam-se as seguintes sanções administrativas nos casos de inadimplemento das obrigações contratuais, garantida a prévia defesa:

I – Advertência;

II – Multa nas seguintes condições:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total da Ordem de execução de serviço, no caso de atraso injustificado para entrega do produto com instalação, limitada a incidência de 30 (trinta) dias;

b) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da Ordem de execução de serviço, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida; e

c) 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ordem de execução de serviço, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por período não superior a 2 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. A qual será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 17.1 – III.

V – Impedimento de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

17.2 As sanções previstas no item 17.1 – I, III, IV e V poderão ser aplicadas conjuntamente a do item 17.1 – II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo.

17.3 Nos casos em que a entrega do produto com instalação ocorrer de forma fracionada, a multa prevista no item 17.1 – II – letra “a” incidirá apenas sobre a parcela que estiver em atraso.

17.4 As sanções previstas no item 17.1 – I, II poderão ser aplicadas pelo Gestor do Contrato.

17.5 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será cobrada administrativamente, deduzindo-se do valor da nota fiscal/fatura e não sendo suficiente, será intimado o particular contratado para que efetue o pagamento mediante depósito na conta do COREN, ou, ainda quando for o caso, cobrado judicialmente.



17.6 Na contagem dos prazos para defesa prévia, recurso e pedido de reconsideração, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

17.7 Os prazos deverão se iniciar e vencer em dias de expediente da Administração contratante.

17.8 As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

18.1 As alterações no valor deste **CONTRATO** obriga a **CONTRATADA** a aceitar pelos mesmos preços e nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões decorrentes de modificação de quantitativos, que no decorrer do fornecimento do objeto contratado se tornem necessários, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor global avençado, com pronunciamento expresso da autoridade pública máxima representante da **CONTRATANTE**, devidamente formalizado e fundamentado

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA REVISÃO**

19.1 Em caso de ocorrência de fato superveniente, que altere substancialmente a execução do negócio jurídico, como, exemplificativamente, a majoração dos tributos incidentes sobre as atividades descritas neste instrumento, ou mudança de critério na cobrança de tributos, o preço do serviço poderá ser alterado, mediante notificação escrita e prévia a **CONTRATANTE**, sendo sempre concedida oportunidade de extinção do contrato, sem a incidência de eventuais ônus existentes em decorrência da vigência do contrato.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO:**

20.1 Ocorrendo fato novo decorrente de força maior ou caso fortuito, nos termos previstos na legislação vigente, que obste o cumprimento pela **CONTRATADA** dos prazos e demais obrigações estatuídas neste **CONTRATO**, ficará a mesma isenta das multas e penalidades pertinentes.

**Parágrafo único:** Ocorrendo tais imprevistos, ainda que causados por terceiro estranho às partes, não poderá a **CONTRATANTE** pleitear o direito a qualquer tipo de desconto ou redução do valor da assinatura mensal.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL**

21.1. O presente **CONTRATO** poderá ser rescindido, no todo ou em parte, por conveniência administrativa, ou por denúncia pela **CONTRATADA**, a qualquer tempo e com antecedência mínima de 30 (tinta) dias, mediante notificação ou através de Ofício direto ou via postal, com prova de recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos pela **CONTRATADA** (em conformidade com os Arts. 78, 79 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93).

§ 1º - O inadimplemento, por parte da **CONTRATADA**, de quaisquer das cláusulas e disposições deste **CONTRATO**, implicará na sua rescisão ou na suspensão do pagamento, relativo aos fornecimentos já efetuados, a critério da **CONTRATANTE**, independentemente de qualquer procedimento judicial.

§ 2º - Em caso de suspensão da execução do **CONTRATO**, por ordem escrita da **CONTRATANTE**, por prazo superior a 90 (noventa) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório pela **CONTRATANTE** de indenização pelas sucessivas suspensões, assim como nos casos de desmobilizações, mobilizações e outras, fica assegurado a





**CONTRATADA**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

§ 3º - Nos casos elencados no parágrafo anterior, desde que não haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido (pagamentos devidos pela execução até a data da rescisão), bem como o recebimento da importância igual a 5% (cinco por cento) da diferença entre o valor contratado e o efetivamente pago.

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS:**

22.1 Havendo casos omissos neste **CONTRATO**, as partes decidirão com base no ordenamento jurídico vigente, com base no Código Civil Brasileiro e na Constituição Federal.

## **23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO**

23.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal de Primeira Instância – Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte – para nele serem dirimidas todas as dúvidas e controvérsias que não encontrarem solução por acordo entre as partes, sendo este foro irrenunciável pelo **CONTRATANTE**, diante do que dispõe o art. 109, inciso I, da Constituição Federal.

Natal, XXXX de XXXXX de 2021.

\_\_\_\_\_  
Manoel Egídio da Silva Júnior  
Presidente

\_\_\_\_\_  
José Rocha Neto  
Tesoureiro

\_\_\_\_\_  
Representante Legal:

TESTEMUNHAS:

1- \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_